

AULA VIRTUAL PROCESSAMENTO ELETRÔNICO AVELE

Competência técnica: Processamento
Conhecimentos relacionados: Processamento Eletrônico

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao processamento e à tramitação do processo eletrônico, que tem como objetivo tornar célere a tramitação processual, avançando para, em um futuro próximo, eliminar por completo os autos físicos.

Objetivos Específicos

- Estudar e interpretar a legislação específica e atos normativos que versem sobre práticas no processamento eletrônico.
- Conhecer as rotinas cartorárias do processamento eletrônico para organizar e executar as atividades de processamento de forma célere e eficiente.
- Exercer todos os atos necessários ao processamento dos processos eletrônicos para a busca de um judiciário mais ágil.

Metodologia e Recursos

Aulas virtuais, materiais de leitura, manuseio do sistema DCP e suas ferramentas.

Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE PROCESSO ELETRÔNICO
 2. LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL DO PROCESSO ELETRÔNICO
 3. REFLEXÕES SOBRE A LEI 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 20069
 4. PETICIONAMENTO ELETRÔNICO
 5. CONSULTA A MANUAIS E VÍDEOS DO PROCESSO ELETRÔNICO
 6. DICAS DO SISTEMA
 7. CONSULTA A INFORMAÇÕES IMPORTANTES – PROCESSO ELETRÔNICO
 8. SISTEMA DE CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA
 9. CADASTRO PRESENCIAL
 10. CADASTRO WEB
 11. SENHA PROVISÓRIA
 12. PORTAL DE SERVIÇOS
 13. DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL
-

14. PROCESSO DISTRIBUÍDO POR DEPENDÊNCIA
 15. DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL POR FUNCIONÁRIOS DA DISTRIBUIÇÃO
 16. PROCESSO SECUNDÁRIO – CRIAÇÃO
 17. PROCESSOS COM CLASSE GENÉRICA
 18. INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA
 19. CENTRAL DE AUTUAÇÃO E VINCULAÇÃO DE DOCUMENTOS AO PROCESSO
 20. INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE AUTORIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS E OFÍCIOS DAQUELES QUE NÃO SEJAM PARTE NO PROCESSO JUDICIAL

 21. OBJETOS QUE DEVEM FAZER PARTE DO PROCESSO E NÃO PODEM SER DIGITALIZADOS
 22. DOCUMENTOS QUE DEVEM FAZER PARTE DO PROCESSO E NÃO PODEM SER DIGITALIZADOS
 23. LOCAIS VIRTUAIS - ROTINA CARTORÁRIA
 24. BLOQUEIO E DESBLOQUEIO DE PROCESSO ELETRÔNICO
 25. LEMBRETE NO PROCESSO ELETRÔNICO
 26. VINCULAÇÃO E JUNTADA DE DOCUMENTO FÍSICO AO PROCESSO ELETRÔNICO
 27. EXPORTAÇÃO DE PROCESSO ELETRÔNICO
 28. DESENTRANHAMENTO DE DOCUMENTO
 29. PERMISSÃO DE ACESSO A DOCUMENTOS

 30. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
 31. CITAÇÃO ELETRÔNICA
 32. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA AUTOMÁTICA
 33. CITAÇÃO ELETRÔNICA AUTOMÁTICA
 34. REMESSA DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
 35. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA
 36. CARTA PRECATÓRIA ELETRÔNICA
 37. INCLUSÃO DE ANEXOS AO PROCESSO
 38. PERMISSÃO DE ACESSO A DOCUMENTOS
 39. DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSO
 40. ARQUIVAMENTO NA SERVENTIA
 41. REMESSA DE PROCESSO PARA CENTRAL DE ARQUIVAMENTO
 42. FLUXOS AUTOMATIZADOS
-

Avaliação

Verificação de aprendizagem, por meio eletrônico, aplicada ao final do curso.

Bibliografia

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 02 de julho de 2018.

BRASIL. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Resoluções. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/cedes/resolucoes>>. Acesso em: 22 out. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Resoluções. Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/cedes/resolucoes>>. Acesso em: 22 out. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Atos Normativos. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/vice_pres/3vice_pres/legislacao/atos-normativos-externos>. Acesso em: 22 out. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Avisos. Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/vice_pres/3vice_pres/avisos_3_vice>. Acesso em: 22 out. 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. Manuais de Processo Eletrônico. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/intrav2/manuais/manuais/manuais-e-videos-do-processo-eletronico>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Carga Horária

10 horas

Atualização: 10/06/2020	Revisão: 00
-------------------------	-------------